

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1095/XIV

Pela urgente liquidação dos salários em atraso aos trabalhadores da Groundforce

Exposição de motivos

Tem-se agudizado nas últimas semanas o estado já crítico da empresa Groundforce bem como o cenário laboral e sobretudo social inerente aos seus trabalhadores, no que respeita ao pagamento dos seus salários e inclusivamente baixas médicas.

Por outro lado, desde logo por notícias veiculadas por vários meios de comunicação social o risco de insolvência é real e coloca assim verdadeiramente em suspenso a vida dos 2398 trabalhadores que vêm este mês incumpridas as obrigações da empresa para com os funcionários, após meses de layoffs e cortes de ordenados.

De resto, vários têm sido os sindicatos que representando os trabalhadores da Groundforce, se reuniram já com o Governo no sentido de solicitarem a resolução urgente do problema supramencionado, circunstância que deve merecer do Executivo uma especial atenção.

Não é admissível que o Governo continue a arrastar um problema que só piorará quanto mais tempo demorar a sua inacção e que contribuirá assim para a destruição da vida dos funcionários lesados em causa. Não é admissível que mais uma vez por questões ideológicas e guerras de egos entre ministros e empresários se prejudiquem milhares de pessoas inocentes e as suas respectivas famílias. Entre os funcionários da Groundforce há inclusivamente casais, a quem neste momento está a ser cortada a única forma de subsistência de toda a família e isto é inaceitável, não será o principal dever de um Governo proteger os cidadãos? Ou será apenas alguns?

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, recomenda ao Governo que:

- Agilize no sentido de assegurar que os salários em atraso aos funcionários da Groundforce sejam pagos ainda este mês;
- Apresente um plano detalhado e específico de auxílio à empresa sabendo que é a única em Portugal com capacidade de fazer face às exigências das maiores companhias aéreas mundiais que em Lisboa operam.

São Bento, 11 de março de 2021

O Deputado André Ventura